

Editorial

Apresentação

Desde a década de 1970 vivenciamos uma das mais profundas crises do capital, que assume uma natureza “estrutural”, conforme sinaliza o pensador marxista István Mészáros. Em meio às consequências destrutivas desse processo, verificamos a derruição do que se convencionou denominar de “Estado de Bem-Estar Social”, além de um contínuo movimento de redução de direitos – humanos e de cidadania –, pelo estreitamento dos canais democráticos, bem como o aprofundamento de diversas formas de restrições de liberdade.

Deste modo, o presente dossiê é resultado da convergência dos esforços de pesquisadores - que organizam o presente número - e coordenadores do Projeto de Pesquisa “Liberdade, Democracia e Cidadania: fundamentos históricos, teórico-políticos e implicações para o Serviço Social”¹ e das pesquisas desenvolvidas originalmente no âmbito de Programas de Pós-Graduação de algumas universidades públicas brasileiras. Todas partilham da mesma preocupação central, quer seja, a apreensão de determinados fundamentos históricos, teórico-metodológicos e políticos que alicerçam o projeto ético-político profissional do Serviço Social: *a liberdade, a democracia e a cidadania*.

Entende-se que tais fundamentos patentemente vinculados a outros como a emancipação, a justiça, a equidade e o pluralismo, possuem prioridade analítica para apreendermos o conjunto de concepções e princípios que constitui o projeto ético-político profissional e que, portanto, deve orientar a formação e o trabalho, bem como a constituição de um perfil profissional condizente com uma atuação técnico-científica balizada pela crítica postura ética e política.

Deste modo, o presente dossiê reúne quatorze (14) artigos articulados a partir dos três eixos citados - *a liberdade, a democracia e a cidadania* - e pretendem desenvolver, a partir das pesquisas de seus autores, processos sociais e debates teóricos que expressam e/ou se relacionam com tais eixos, demonstrando como se desenvolvem na sociabilidade burguesa do ponto de vista da estrutura mesma da ordem do capital, assim como denunciando seus desdobramentos atuais.

O artigo que abre o dossiê tem como título *A crítica ao Direito no Livro III de O Capital de Karl Marx*, de autoria de Vitor Bartoletti Sartori. O autor localiza na obra magna de Marx, o que considera esboços da relação orgânica entre as formas, as transações e o poder jurídico, que auxiliam o filósofo alemão expor a função da esfera jurídica na distribuição do mais-valor, função jurídica que é analisada na ordem da sua complexidade e de suas inerentes contradições.

O segundo artigo trata sobre *A judicialização das relações sociais e a liberdade do sujeito de direito*, de autoria de Camila Brandão. O tema expressa questões cada vez mais frequentes

¹ O referido projeto de pesquisa consiste no esforço coletivo dos docentes autores e envolve três distintas unidades de formação acadêmica de Serviço Social, situadas em três universidades federais: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seus respectivos programas de pós-graduação e busca articular, deste modo, a pluralidade regional, o acúmulo de pesquisas e estudos que vêm sendo realizados em nível da apropriação dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase nos temas propostos. As pesquisas que fundamentam a propositura deste projeto estão apresentadas especificamente nas Teses de Doutorado: “Dos Limites da Cidadania Crítica a Crítica dos Limites da Cidadania: Perspectivas Teóricas e Projetos Políticos em disputa no Serviço Social Brasileiro” de autoria do Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos; “O Charme da Liberdade: entre o híbrido e o ruído no campo teórico-político do valor central do Serviço Social brasileiro” de autoria do Prof. Dr. Josiley Carrijo Rafael; e “Democracia e Serviço Social: uma análise sobre as implicações das concepções marxistas e marxiana de democracia para a profissão nos anos 1990 e desdobramentos contemporâneos” de autoria da Prof^a. Dr^a Fátima Grave Ortiz, cujo pós-doutorado se realizou no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP.

num modelo de estado que não implementou direitos constitucionalmente formalizados, tendo como fonte documental os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal como o artigo de Vitor Sartori, a autora alicerça sua análise nas contribuições da tradição marxista e da produção marxiana da crítica do Direito, com destaque para o pensamento do jurista russo Evgeni Pachukanis. Camila Brandão apresenta uma contundente crítica ao papel do Direito para manutenção dos princípios que fundamentam a sociabilidade burguesa e desvela as contradições que revestem a liberdade nos marcos do modo de produção capitalista, tratada pela autora como liberdade do sujeito de direito.

O terceiro artigo, denominado *Deslocamentos dos direitos LGBT no Brasil: da arena política à judicialização*, de autoria de Bruna Andrade Irineu, Brendhon Andrade Oliveira e Leana Oliveira Freitas, apresenta elementos que reafirmam a lógica da judicialização. O texto expressa resultados parciais da pesquisa intitulada “Participação Social e Políticas Públicas LGBTI: mapeamento crítico feminista das experiências no Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai”. As autoras analisam o papel dos movimentos sociais na luta pela garantia e implementação dos direitos, traçam um mapeamento dos direitos LGBTI e seu espaço na agenda do poder legislativo e judiciário. Identificam na judicialização a estratégia limite num contexto de avanço do fundamentalismo religioso, do conservadorismo e ultraliberalismo.

O quarto artigo, de autoria de Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos e Paulo Roberto Felix dos Santos, denominado *Estado e capital na ofensiva ao trabalho: neoliberalismo e a agenda de desmonte de direitos dos(as) trabalhadores(as) no Brasil*, tem o objetivo de refletir sobre a relação estrutural entre Estado e capital e seus mecanismos de extração de valor por meio da exploração da força de trabalho. Os autores apontam que é preciso entender o aparelho estatal como agente econômico das relações capitalistas de produção, o que contribui para o desmonte dos direitos do trabalho e para a intensificação da exploração dos trabalhadores, com vistas a favorecer os padrões de lucratividade e valorização do capital. Destacam que, no cenário de neoliberalismo e reestruturação produtiva, as relações de trabalho são flexibilizadas por meio da adoção de novos marcos legais, que regulando-as, concorrem para a informalidade, terceirização, trabalho intermitente, por peça, dentre outros, o que torna ainda mais precário o trabalho.

Everton Melo da Silva e Fernando de Araújo Bizerra, contribuem com o dossiê no quinto artigo da presente edição da revista *Humanidades & Inovação*, intitulado *A violência estatal como o modus operandi do Estado no Brasil*. Os autores demonstram como a violência estatal é uma marca do modo de produção capitalista, tanto nos países centrais quanto na periferia, como o caso do capitalismo dependente brasileiro. O artigo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, sob aporte teórico-metodológico da tradição marxista e do pensamento marxiano, que habilitam os autores a desnudar as estratégias que buscam controlar a luta de classes e coagir a classe trabalhadora. Com isso, esse modelo de estado, ameaça qualquer tipo de avanço da liberdade, da democracia e da cidadania, nos termos críticos desses valores.

O sexto artigo, denominado *Crise, Democracia Restrita e Golpe de 2016*, de autoria de Cláudia Maria Costa Gomes, demonstra como é necessário investirmos nos estudos sobre a formação do Brasil para analisarmos a realidade concreta atual. Através de pesquisa bibliográfica e documental, Cláudia Gomes, recorre aos intérpretes da formação brasileira para lançar luzes nas questões que envolvem as expressões atuais da crise do capital, especialmente o golpe de 2016, que tirou Dilma Rousseff da presidência do Brasil. A autora analisa as características do que ela denomina como “democracia restrita”, “lulo-petismo”, “dominação burguesa” e “conciliação de classe”, que culminam na necessidade de intensificação do neoliberalismo e fratura dos ensaios democráticos que se acumularam a partir da metade dos anos 1980.

O sétimo artigo, com o título *Da natureza fértil à mercadoria estéril: devastação por fome e desmatamento no capitalismo*, a autora Carla Alessandra da Silva Nunes, subsidiada pela tradição marxista e pela produção marxiana, apresenta como a chamada “incontrolabilidade do capital” tem agido de forma destrutiva no trabalho e na natureza, cujos efeitos são notórios tanto nas relações sociais quanto na acelerada degradação do meio ambiente. O artigo disponibiliza ao leitor uma análise radicalmente crítica, a partir de dados empíricos que apontam a histórica questão da fome e do desmatamento num país eminentemente contradi-

tório como o Brasil, que ao mesmo tempo que ocupa papel de destaque na produção mundial de grãos e carnes, vivencia na atualidade uma crescente massa de trabalhadores apartados de saciar suas necessidades básicas, como é o caso da alimentação. A análise apresentada pela autora, destaca a necessidade de superação desse modelo de sociabilidade, pautada na acumulação de capital e na unidade entre exploração/opressão.

No oitavo artigo, *Marx, a Política e a Democracia: considerações a partir da análise de escritos marxianos*, a autora Fátima Grave Ortiz apresenta os resultados parciais de pesquisa bibliográfica sobre o pensamento de Marx sobre a política e a democracia, a partir da análise de alguns de seus escritos, dentre eles *Glosas Críticas Marginais ao artigo "Rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano* (1844), *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas* (1850). Tais escritos mostram o desenvolvimento do pensamento de Marx sobre o tema da democracia, do Estado e da política, o que será importante para sua apreensão do funcionamento da sociedade burguesa explicitado nas obras da maturidade como *O Capital*.

O nono artigo do dossiê, de autoria de Maria Clariça Ribeiro Guimarães, intitulado *Sociedade Civil, Hegemonia e Democracia: desafios e perspectivas no campo da resistência anticapitalista*, analisa os determinantes que possibilitaram a implementação do regime democrático-liberal na vida política do Brasil, com destaque para os processos de organização política, lutas e estratégias de resistências dos e das trabalhadores/as. Ao tratar sobre o desmonte das promessas progressistas anunciadas e da sua inversão materializada no avanço do autoritarismo e de suas diversas expressões na realidade brasileira, a autora pondera os desafios atuais para construção de relações emancipatórias, partindo da defesa de investimentos em trabalhos de base, organização e mobilização popular, como resposta imprescindível para essa conjuntura de crescentes adversidades.

No décimo artigo, o autor Carlos Felipe Moreira, apresenta sua análise sobre a unidade dialética entre trabalho e democracia, artigo que recebe o título de *Relações Sócio-Históricas entre Democracia, Trabalho e Concentração do Poder Político-Econômico*. Ao traçar sua análise sobre a relação entre trabalho e democracia, o autor se ampara teoricamente nas elaborações de conceituados intelectuais que são referências na temática, desde os esboços que se extraem do pensamento e da realidade da Grécia Antiga até as determinações e contribuições teórico-metodológicas que se colocam na atualidade sobre as possibilidades e limites da democracia liberal e sua necessária superação.

O décimo primeiro artigo, intitulado *Os significados da democracia e o debate sobre a universalização do sufrágio*, de autoria de Robson Roberto da Silva, é fruto de pesquisa bibliográfica que buscou analisar os diferentes significados da democracia para alguns pensadores liberais que ocupam lugar de destaque no campo da teoria política, assim como as concepções de democracia para alguns segmentos da tradição marxista. O autor parte dessa batalha de ideias para dar ênfase à universalização do sufrágio, considerado por Robson da Silva "uma conquista no âmbito do difícil processo de emancipação política". Ao localizar o papel do sufrágio universal no campo da democracia, o autor identifica uma espécie de corrosão do seu potencial caráter emancipatório, particularmente em razão da ofensiva conservadora.

O décimo segundo artigo, de Olegna de Souza Guedes, intitulado *Referências do jovem Marx à Liberdade: introdução à ética marxista*, é uma revisitação da pesquisa realizada pela autora no seu estágio pós-doutoral. Fruto de rigorosa revisão bibliográfica e da retomada da análise realizada pela autora em outra publicação do ano de 2011, a versão atual busca através da ampliação da análise a evidenciação da lógica do percurso teórico desse filósofo em relação à apreensão da categoria liberdade em algumas de suas primeiras elaborações. Dessa forma, a autora apresenta reflexões teóricas sobre a categoria liberdade em extratos da produção do jovem Karl Marx, no período de 1841 a 1844, onde já é possível identificar, conforme apontamentos de Olegna Guedes, a radical diferenciação e necessário rompimento com ideário liberal que sustenta valores vinculados à propriedade privada e sobre a ética na perspectiva marxista.

No décimo terceiro artigo, denominado *Mészáros e a Liberdade*, de autoria de Caio Antunes e Lênin Tomazett Garcia, os autores apresentam um esboço da concepção de liberdade

que localizam no interior do pensamento do filósofo húngaro István Mészáros. A contribuição dos autores segue a trilha do artigo de Olegna Guedes, ou seja, está sustentada na crítica e diferenciação entre a concepção da liberdade liberal, assim como a necessidade de sua superação. Aqui, as reflexões de Mészáros, que bebe nas fontes do pensamento marxiano, considera a liberdade como elemento estrita e intrinsecamente humano, atrelada à categoria trabalho. Caio Antunes e Lênin Garcia, apontam que em meio ao processo de desenvolvimento social e de avanço das forças produtivas, a categoria liberdade, em necessária articulação com a igualdade, medeia as formas de acesso humano aos produtos do trabalho. Assim, a superação da concepção liberal, deve se localizar na luta pela liberdade e pela igualdade humanas, em seus sentidos mais plenos e substantivos, e não meramente formais. Com isso, tal movimento, coincide com a luta por outro modo de produção e reprodução da vida social.

O décimo quarto artigo, *A luta pela liberdade na formação do Brasil: trabalho escravo e trabalho livre em questão*, de autoria de Josiley Carrijo Rafael, temos a análise do processo de formação do Brasil, com ênfase nas lutas travadas pelas pessoas escravizadas, especialmente no contexto de relação híbrida entre trabalho escravo e trabalho livre. O autor localiza seu objetivo na tentativa de demonstrar como os intérpretes do Brasil apresentam interpretações conflitantes sobre o significado da luta da população negra na busca pela liberdade, interpretações que colocam em xeque o reconhecimento da tomada de consciência das pessoas escravizadas na sua relação com os seus semelhantes e com os senhores proprietários. Ao analisar a questão da liberdade nesse marco histórico, o autor defende a tese da “liberdade branca”, em razão da hierarquia das relações raciais que desumanizava os povos negros e indígenas, cuja condição jurídica e política de sujeitos livres somente era aplicada às pessoas brancas, com raríssimas exceções. Com isso, o artigo promove um convite a revisitação das ideias que historicamente demarcaram as concepções sobre tal processo no âmbito da formação social, econômica e política do Brasil.

Deste modo, os quatorze (14) artigos apresentados iluminam por diversos ângulos e atualizam o debate plural em torno do tripé *liberdade, democracia e cidadania* e constituem, ao nosso ver, interessantes e criativas contribuições à agenda acadêmica, mas também política, envolvendo desde os pesquisadores de diversos programas de pós-graduação, notadamente no campo das Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Humanas, como também os movimentos sociais e organizações populares, sobretudo em tempos em que grassa o conservadorismo. Vivemos “*hard times*” como dizia Charles Dickens. Boa leitura!

Organização:Profa.Dr^a. Fátima Grave Ortiz (UFRJ)

Prof. Dr. Josiley Carrijo Rafael (UFMT)

Prof. Dr. Paulo Roberto Félix dos Santos (UFS)